

OS CONTINUOS DOS CHANCELERES: A Trajetória de Uma Família de Negros no Itamaraty

THE FOREIGN MINISTER'S OFFICE ASSISTANT: The Trajectory of a Black Family in Itamaraty

Frederico Ferreira¹

Resumo: O artigo examina a trajetória profissional de Braz José de Oliveira (1859-1935) e de seu filho, Braz José de Oliveira Júnior (1897-1974), como funcionários da Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores do Brasil no período entre 1885 e 1962. O estudo tem como objetivo analisar a trajetória profissional de duas gerações de pessoas negras no Itamaraty entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, explorando o percurso desses indivíduos na estrutura funcional do órgão. Dentro desta perspectiva, este artigo busca analisar de forma mais ampla a evolução da política externa brasileira em relação à África, destacando as diferentes formas de correlação entre as questões raciais, política externa e a estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores.

Palavras-chaves: Relações exteriores, diplomacia, raça, silenciamento.

Abstract: The article examines the professional trajectory of Braz José de Oliveira (1859-1935) and his son, Braz José de Oliveira Júnior (1897-1974), as employees of the Secretariat of State of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil during the period between 1885 and 1962. The study aims to analyze the professional journey of two generations of Black individuals in Itamaraty between the late 19th century and the first half of the 20th century, exploring their paths within the functional structure of the institution. From this perspective, the article seeks to more broadly analyze the evolution of Brazilian foreign policy in relation to Africa, highlighting the different forms of correlation between racial issues, foreign policy, and the organizational structure of the Ministry of Foreign Affairs.

Keywords: Foreign relations, diplomacy, race, silencing.

O Jornal do Brasil em sua edição de 20 de fevereiro de 1962 trazia em seu primeiro caderno uma nota intitulada “Aposenta-se contínuo de chanceleres”. A nota informava que depois de quarenta anos de serviços prestados ao Ministério das Relações Exteriores, aposentava-se o contínuo Brás José de Oliveira Júnior. Em tom elogioso, mencionava a longa trajetória de serviço junto a diferentes ministros, sua proximidade a nomes como o de Afonso Arinos, Afrânio Melo Franco e Guimarães Rosa. (JORNAL DO BRASIL, 20/02/1962, p.2). Outro periódico carioca, alguns dias depois, publicou nota acerca do mesmo tema. Com o título “Duas Dinastias”, a

¹ Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História Comparada - PPGHC/UFRRJ. Doutor em História pelo PPHR/UFRRJ, mestre em História também pelo PPHR/UFRRJ e graduado em Arquivologia pela UnB. Suas pesquisas abordam temas como História da Política Externa, Memória e Patrimônio Documental. Enquanto historiador tem como área de interesse a política externa brasileira durante o 2º Reinado, especialmente àquela voltada para África no período. Faz parte do Laboratório de Economia e História LEHI/UFRRJ. Na área de Memória e Patrimônio Documental, desenvolve atividades no Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro e se dedica a atividades relacionadas a pesquisa sobre o valor social de documentos históricos e sua utilização

pequena matéria de autoria desconhecida informava sobre a jubilação com o acréscimo de memoriar que seu pai serviu ao Barão do Rio Branco (O MUNDO ILUSTRADO, 25/02/1962, p.07). Ainda que auxiliares de escritório dos ministros das relações exteriores por longos anos, um dos fatos importantes que os textos jornalísticos não deixavam transparecer era o de que ambos eram negros, talvez os mais antigos registrados no serviço exterior brasileiro.

Muito já se escreveu sobre as correlações – não necessariamente positivas – entre o Itamaraty e as questões raciais, especialmente nas primeiras décadas do século XXI¹. No geral, a ênfase destes estudos se concentra na busca pela representatividade racial no corpo diplomático, pouco ou nada se falando sobre as centenas de mulheres e homens pretos que serviram à Secretaria de Estado das Relações Exteriores em seus mais de duzentos anos de existência, sempre presentes, porém nunca lembrados.

Este artigo busca analisar a trajetória profissional de duas gerações de pessoas pretas no Itamaraty entre os anos de 1885 e 1962. Se procurará analisar a trajetória profissional destes sujeitos na estrutura funcional do órgão e por ela avaliar, em um contexto mais amplo, a história institucional do Itamaraty assim como da política externa brasileira para a África.

O relato de trajetórias pessoais oscilou quanto ao interesse dos historiadores durante o século XX. Dentro da lógica expressa por pesquisadores como Febvre ([1911], 1912) e Bourdieu ([1989], 2006), a história de vida de um dado personagem tem como fim último a elaboração de um problema histórico. Entender a existência humana como um fio condutor para questões mais amplas. Contudo, nem sempre foi assim.

Muitas das vezes as biografias eram relatos lineares, logicamente organizados de modo a que os fatos expressassem coerência e dessem sentido a um fim pretendido por seu narrador. (Bourdieu, [1989], 2006). No caso de personalidades políticas tradicionais, especialmente aquelas relacionadas a diplomacia, os episódios são cuidadosamente elencados, há uma intencionalidade em evidenciar os grandes feitos destes (Barros, 2006). Atualmente, no entanto, há um crescente interesse em se construir uma historiografia mais inclusiva e interseccional. São abordadas não apenas estudos de sujeitos marginalizados, mais também nas convergências entre raça, gênero, identidade e classe social².

Para o caso específico de afro-americanos, vale mencionar a obra organizada por Lisa A. Lindsay e John Woof Sweet Lisa (2014). Nela, os autores trazem uma série de ensaios sobre biografias individuais e mostra como que tais trajetórias podem

iluminar aspectos complexos da história das relações transatlânticas. Exemplos como esse permitem entender melhor como diferentes formas de exclusão marcaram a trajetória destes sujeitos.

Quando pensamos nos trabalhos acerca de coletivos, muita das vezes se privilegiou a análise de elites políticas, intelectuais ou militares. A partir da segunda metade do século XX, os trabalhos prosopográficos expandiram-se de modo a incluir novos grupos sociais e novas técnicas de pesquisa. A adoção de métodos advindos das Ciências Sociais, as análises de redes de sociabilidade e o foco crescente em grupos anteriormente negligenciados permitiram que a área evoluísse de uma compilação de biografias para uma metodologia sofisticada que permite um vasto conjunto de questões sociais, culturais e políticas (Barros, 2012; Barros, 2013).

Assim como Bourdieu, consideramos importante colocar neste artigo que o real é descontínuo. Muitas das vezes composto pela justaposição de elementos aparentemente desconexos, únicos e imprevisíveis (Bourdieu, 1989). Desta forma, antes de nos propormos a expor uma trajetória completa e linear destes sujeitos, buscamos entendê-los com suas peculiaridades, idiossincrasias e características próprias de seu tempo e de seu ambiente profissional

Para o desenvolvimento da trajetória dos membros da família de Braz José de Oliveira no Ministério das Relações Exteriores buscou-se analisar tanto dados e informações oficiais quanto extraoficiais. Desta forma, deu-se especial atenção aos relatórios anuais e boletins de pessoal do Itamaraty entre 1890 a 1970 e escolheu-se um conjunto de periódicos circulantes no Rio de Janeiro – então sede do Ministério – no período.

Os Relatórios Anuais do Ministério das Relações Exteriores têm sua origem no século XIX. Ainda que não possuam uma periodicidade regular são registros gerais da política externa do período e funcionam como que uma prestação de contas das atividades diplomáticas e consulares direcionadas aos imperadores, presidentes ou ao legislativo. Ainda que com falhas em sua seriação, são instrumentos preciosos na compreensão da política externa do período sobre o funcionamento do próprio Itamaraty. O Anuário de Funcionários são, por sua vez, registros da movimentação de pessoal do Ministério. Iniciados no ano de 1916, eles fornecem dados importantes sobre a movimentação de funcionários que compõe a rede de representações brasileiras assim como da Secretaria de Estado. No que toca aos jornais, foram escolhidos jornais cariocas com circulação entre as décadas de 1890 a 1970 de diferentes linhas ideológicas e que fizessem alguma menção aos sujeitos objetos desta

análise.

O início no Ministério

A trajetória da família José de Oliveira no Ministério das Relações Exteriores tem início em abril de 1885, quando Braz José de Oliveira (também possível de ser encontrado sob a forma Brás ou mesmo Bras), então com cerca de 26 anos de idade foi contratado como servente na então Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, situado naquele momento no Palacete Bahia no bairro da Glória, Rio de Janeiro (Castro, 2009).

Três anos antes da Abolição da Escravatura, um preto que atuava como servente significava ocupar uma posição de baixo *status* social em um dos órgãos mais elitizados da administração pública imperial, fortemente marcada por uma perspectiva seletiva, centralizada e excludente. A atuação de servente era marcada pelo trabalho duro, escondido. Um serviço de apoio as diferentes atividades da administração, por longas horas. Serventes estavam entre os profissionais com categorias mais baixas de renda no último quarto do XIX. Seus salários eram equivalentes ao de barbeiros e verdureiros (Lobo, [1978], 2024), o que acabava por expressar as divisões e hierarquias sociais e econômicas do final dos Oitocentos no Brasil.

Não se sabe exatamente a condições de origem de Braz José, contudo há menções de sua atuação extraprofissional em organizações abolicionistas. Em 1883, ele aparece arrolado como membro da Associação Emancipadora Vicente de Souza, ocupando diferentes cargos, tais como conselheiro e tesoureiro, o que permite pensar que era alfabetizado (GAZETA DE NOTÍCIAS, 226/06/1883, p. 2). Tal grupo contava com a presença de nomes como Joaquim Nabuco, André Rebouças dentre outros intelectuais da época. A Associação foi fundada em 1880 e teve papel importante na luta pelo fim da Escravidão (Pinto, 2019).

Os primeiros anos de Braz José como servente foi uma época de intensas transformações tanto no Brasil como no mundo. Era o mundo da “Era dos Impérios” (Hobsbawm, 2015), da *Belle Époque* e da popularização das ideias de raça e do evolucionismo social. O Brasil convivia com a agitação política do final do período monárquico e primeiros anos do regime republicano. A própria Secretaria dos Negócios Estrangeiros passava por mudanças.

O órgão foi rebatizado como Ministério das Relações Exteriores ainda durante o breve Governo do Marechal Deodoro (1889-1891), e foi transferido do bairro da Glória para o centro da cidade durante o governo de Prudente de Morais (1894-1898).

Instalou-se na Rua Larga de São Joaquim, no palacete antes pertencente ao Visconde de Itamaraty³. Apesar da imagem que a instituição ostenta atualmente, ele compartilhava no início da República dos mesmos problemas dos demais órgãos públicos do início do novo regime, fortemente marcada pelo patrimonialismo, o baixo grau de profissionalização, favoritismo e o empreguismo (Cheibud, 1985)

No caso específico do Ministério das Relações Exteriores, a instabilidade dos gabinetes do final do período monárquico fortaleceu sobremaneira a “Diretoria Geral”, ocupada por Joaquim Thomás do Amaral, o Visconde de Cabo Frio (1818-1907), desde 1865 no cargo. Nascido ainda no período colonial, ele subsistiu em seu cargo durante todo o final da monarquia e primeiros anos da República, numa gestão perpassou à 40 chanceleres. Isso fez dele um símbolo, um guardião das tradições diplomáticas do império (Cheibud, 1985), mas também um impedimento à modernização (AHI: 811/1).

A sede do Ministério no ano da queda da monarquia possuía aproximadamente 31 funcionário. Destes, havia apenas 04 amanuenses – funcionários administrativos que faziam cópias de documentos, registros de tramitação e que cuidavam ainda da correspondência – e 02 praticantes – funcionários que estavam em treinamento para a função. Havia 01 oficial de gabinete, 01 porteiro, 02 contínuos e 3 correios. (Castro, 2009). Quantidade de pessoal abaixo do necessário para o bom andamento do serviço. Não havia naquele período o registro formal de serventes no Ministério.

Durante todo este período, Braz José atuou como servente do Ministério, que a semelhança das dezenas de outros funcionários, entraram e saíram do serviço de apoio à diplomacia sem serem notados. Muitos destes poderiam ser pretos, porém a precariedade no registro de funcionários subalternos e as concepções da época sobre aspectos de cor e raça, não possibilitou o registro de suas trajetórias. Um registro fotográfico de porteiros, contínuos e motoristas do Ministério com data de 21 de setembro de 1939, feito por João Gomes, apresentava um total de 72 pessoas, destas 13 eram negras. Assim, talvez não seja demais pensar que Braz pode ser apenas um dentre vários. Porém, sua sorte estava prestes a mudar.

No gabinete do Barão

Em novembro de 1902 tomou posse o quinto presidente da República, o paulista Rodrigues Alves (1848-1919). Tinha como meta de governo implantar reformas. Seus planos incluíam a melhoria do saneamento da capital da república,

expansão da malha ferroviária e uma firme gestão financeira. Para a política externa, o nome escolhido também era inovador, o então cônsul em Liverpool, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio (1845-1912).

Para além da experiência e habilidades diplomáticas manifestadas na resolução dos graves litígios fronteiriços vivenciados pelo país nas décadas anteriores, sua reputação internacional e seu alinhamento as propostas modernizadoras de Rodrigues Alves pavimentaram seu caminho ao cargo de chanceler em 1902. A Gestão Rio Branco, à frente do MRE (1902-1912), representou uma transformação profunda tanto na estrutura administrativa do órgão quanto de sua cultura organizacional (Cardoso, 2013), significando a modificação de muitos elementos do padrão imperial até então vigente, mas a consolidação de um perfil excludente e elitista ao órgão.

Com a morte do Visconde de Cabo Frio em 1907, Rio Branco deu início a um processo de migração das decisões administrativas do Ministério, da figura do Diretor Geral para a do Ministro de Estado (Cheibud, 1985). O Ministério passa a contar com um número maior de amanuenses e contínuos (Castro, 2019), entre estes novos contínuos estavam o Sr. Braz (BRASIL, 1931), agora com cerca de 48 anos.

Braz José passou a atuar no Gabinete do Barão do Rio Branco (O MUNDO ILUSTRADO, 25/02/1961, p.7). Á época, contínuos eram trabalhadores envolvidos as diferentes atividades de escritório, auxiliando em serviços que envolvem a movimentação e organização dos documentos, a realização de serviços externos e de mensageria ou mesmo outras atividades como servir água ou café. Eles deveriam chegar uma hora antes do início do expediente, porém estavam isentos do registro de ponto. A nomeação dos contínuos era de livre escolha do Ministro de Estado, assim como sua substituição (BRASIL, 1906).

Para além do fato de conseguir aproveitar a oportunidade que as mudanças do ministério representavam, sua ascensão profissional mostra tanto seu crescimento individual na aquisição de novos conhecimentos para além de sua área profissional original como a ampliação e articulação de uma rede de sociabilidade que permitissem acessar até mesmo a membros do gabinete ministerial.

Desta aparente proximidade com diferentes membros do gabinete do Barão do Rio Branco, ou porque não pensar com o próprio ministro de Estado, Braz José ampliou ainda mais seu campo de atuação. Veio a atuar como porteiro. Ao contrário da conotação que o termo apresenta na atualidade, a atividade de portaria no período possuía uma conotação de gestão, para além do controle e da saída de pessoas e materiais.

Especificamente no MRE da época do Barão, o porteiro tinha sob sua responsabilidade a abertura e fechamento da Secretaria de Estado, a gestão de todo o pessoal envolvido na limpeza, manutenção e vigilância do edifício assim como dos mensageiros (correios) e contínuos. Além disso cuidava tanto da aquisição de materiais como do pagamento dos trabalhadores envolvidos nestas atividades (BRASIL, 1906). A posição de porteiro era entendida como um posto de confiança, já que ele tinha acesso a dados e informações sobre os hábitos, costumes e rotinas da instituição e seus ocupantes, assim como da segurança do edifício.

Apesar de tudo isso, o trabalho se caracterizava por longos expedientes – muitas das vezes sem folgas regulares – e salários baixos. O trabalhador destas funções muitas das vezes residiam na instituição e era desempenhado por pessoas com idades mais elevadas, em alguns casos incapazes de realizar atividades física extenuantes. Talvez seja possível afirmar que a escolha do Sr. Braz José como porteiro possa estar relacionada ao fato deste gozar da confiança do chanceler que o nomeou como porteiro em dois dos principais eventos diplomáticos de sua gestão, a assinatura do Tratado de Petrópolis de 1903 e a visita do presidente argentino em 1907.

Mesmo sendo formalmente apenas um servente, o Barão do Rio Branco o encarregou como porteiro no Palacete Rio Negro, em Petrópolis, onde se hospedou a comitiva boliviana responsável por negociar a Questão do Acre e onde se deu o tratado entre os dois países (BRASIL, 1930a). O Palácio Rio negro era a residência oficial de verão dos presidentes brasileiros desde 1896. Antes era pertencente ao fazendeiro de café Manoel Gomes de Carvalho, o Barão do Rio Negro. O palacete eclético de linhas neoclássicas – bem próprias da virada do século XIX para o XX – foi projeto pelo engenheiro italiano Antonio Jannuzi em 1889. Ser nomeado porteiro, significava seu envolvimento de parte importante na organização destes eventos.

A chamada Questão do Acre arrastava-se desde 1899 e estava relacionada à contestação das fronteiras entre o Brasil e a Bolívia. Diante da grande presença de seringueiros brasileiros na região, houve a necessidade de revisão dos termos do Tratado de Ayacucho de 1867. Em dezembro de 1902, pouco tempo após a posse de Rio Branco como chanceler, o governo brasileiro tomou a iniciativa no sentido de buscar uma solução para o litígio por meio de negociações diretas. Em julho do ano seguinte o governo de La Paz aceitou a proposta para o estabelecimento de negociações (Cervo, 2008).

As delegações brasileira e boliviana se reuniram na cidade fluminense de Petrópolis, distante cerca de 67 kms da capital brasileira A delegação brasileira

possuía entre seus membros o próprio chanceler, o Barão do Rio Branco, assim como o então senador Rui Barbosa e o embaixador brasileiro em Washington, Assis Brasil. Da parte boliviana estava o embaixador boliviano em Washington, Fernando Guachalla e o ministro creditado no Rio de Janeiro, Cláudio Pinilla (Cervo, 2008).

O Tratado de Petrópolis foi celebrado em 17 de novembro de 1903 com pompa e circunstância no Palácio Rio Negro. Mesmo diante de amplos debates ele foi aprovado pelo Congresso Nacional no ano seguinte e sancionado pelo presidente Rodrigues Alves (Moura, 2024). É possível pensar na atuação de Braz José no evento e que possivelmente tenha feito um bom trabalho de modo a que lhe possibilitassem novas oportunidades como porteiro.

Quatro anos depois, mesmo ainda sendo formalmente um servente do Ministério, Braz José foi nomeado porteiro, mais uma vez, no mesmo palácio Rio Negro, agora no contexto da visita do General Rocca, presidente da Argentina, em março de 1907. Em 1907, o 12º presidente da Argentina, General Julio Rocca (1843-1914), foi recebido com grande solenidade no Brasil. Uma série de eventos oficiais, como recepções, banquetes e encontros com autoridades brasileiras foram realizadas em sua homenagem. Foi recebido pelo chanceler Rio Branco e pelo presidente da época, Afonso Pena, no mesmo dia. O presidente argentino hospedou-se no palácio de verão dos presidentes do Brasil, onde foi oferecido um jantar de gala com a presença de diversas autoridades brasileiras e figuras importantes da cidade (BRASIL, 1930a)

A gestão Rio Branco termina abruptamente com sua morte num sábado de Carnaval, em 10 de fevereiro de 1912. Uma série de missas e homenagens são celebradas em sua memória. Braz José se fez representar em várias delas, assim como nas cerimônias quando de aniversários de falecimento Barão nos anos que se seguiram. Importante frisar aqui que mesmo atuando no gabinete ministerial e estando diretamente envolvido na gestão de diferentes eventos internacionais, Braz José de Oliveira era formalmente ainda um simples servente do Ministério. Em novembro daquele ano Braz José, já com 51 anos de idade, foi finalmente nomeado contínuo da Secretaria de Estado (BRASIL, 1931). Somente após 03 anos foi registrado como ajudante de porteiro vindo a ser formalmente nomeado porteiro pleno somente em 1916 (BRASIL, 1931)

Há poucas informações disponíveis sobre a vida privada de nosso personagem. Dentro deste período em que ele atuou como Porteiro da Secretaria de Estado, há notícias de que ele tenha se casado, em 1913, com Alzira Eugenia de Oliveira (O

IMPARCIAL, 14/03/1913, p.02). Teve 06 filhos: Sophia, Stela, Natália, Glória, Gilda, Maria Izabel e Braz José de Oliveira Júnior (O IMPARCIAL 12/05/1917, O Imparcial, 20/08/1817, p. 6, Jornal do Brasil, 21/03/1926, p. 2, O IMPARCIAL, 10/12/1917, 6). Há notícias de que tenha perdido Sophia de malária (JORNAL DO BRASIL, 22/12/1900, p. 5), assim como Izabel (jornal do Brasil 17/10/1924, p. 04)

Mesmo diante da obrigatoriedade de morar nas dependências da Secretaria de Estado enquanto porteiro há registros de que tenha morado na Rua das Laranjeiras (Almanak Laemert, 1914, p.196) e na rua D. Mariana em Botafogo. (Almanak Laemert, 1925, p.708). Mesmo como bairros situados entre a Zonas Sul e o Centro da cidade, estas eram regiões que se tornavam áreas de habitação de camadas trabalhadoras. O bairro das Laranjeiras, após a inauguração da Fábrica Aliança veio a atrair muitos operários e outros trabalhadores, em busca de aluguéis baixos nas vilas e cortiços ali existentes. O bairro de Botafogo, antes bairro nobre, no início do século XX, passou a ser habitado por operários, biscateiros, artesãos, funcionários públicos e militares, comerciantes e profissionais liberais (Gerson, 2015).

Um negro na Belle Époque

A trajetória profissional e as dificuldades de promoção de Braz José de Oliveira no Ministério das Relações Exteriores servem como que uma janela que permite vislumbrar, ainda que brevemente, diferentes aspectos relacionados a raça, trabalho e *status* social entre o final do século XIX e início do século XX. Faz-se necessário refletir acerca das intersecções entre estes temas e como eles poderiam ter afetado direta ou indiretamente sua carreira.

A persistência da instituição da Escravidão no Brasil imperial e o aumento do percentual de afrodescendentes livres – em alguns casos livres a algumas gerações – acaba por pressionar muitos destes a buscarem formas de dissociarem-se daqueles ainda sujeitos ao cativeiro (Mattos, 2009). Para isso são utilizados diferentes meios para a qualificação dos indivíduos.

Estabelece-se como que uma ética do silêncio quanto a questões raciais, que objetivava expressar igualdade, ainda que formal. Definir-se como mestiço, ou não afirmar-se assertivamente como negro, significava ocupar um lugar de respeitabilidade social que o escravizado não possuía. A ideia do silêncio sobre a cor muitas das vezes era promovida pelos próprios sujeitos que conseguiam transcender as limitações da escravidão como uma forma de buscar criar uma ideia de igualdade de condições e respeitabilidade, reforçando a ideia de mestiçagem ao invés da afirmação

de negritude (Mattos, 2004).

Esse silenciamento traz a reflexão o conceito de democracia racial, vigente na época, e as ideias em torno da mestiçagem. Muitas vezes apresentado como o elemento unificador do país e a prova da harmonia social, acabou por servir como uma ferramenta ideológica que camuflava desigualdades raciais e servia como um definidor claro de hierarquia social. Com isso, ele perpetuava as relações de poder entre brancos, indígenas e negros. Esse caráter celebrativo da mestiçagem, instrumentalizava um apagamento da identidade negra e indígena e criava uma homogeneização cultural tendo a cultura dos povos europeus como a base (Munanga, 2019).

Ainda que acabada a Escravidão enquanto instituição, a prevalência de ideias racialistas e outras ligadas ao Evolucionismo Social eram difundidas na sociedade brasileira, especialmente dentre as camadas mais instruídas (Schwarcz, 1993). Muitos destes eram diplomatas e membros das renomadas e elitistas sociedades científicas de então, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro – SGRJ – ou mesmo da Sociedade de Geografia de Lisboa, locais privilegiados para a divulgação dos princípios eugenistas (Mary, 2006).

Esse silenciamento sobre aspectos raciais não foi uma estratégia utilizada apenas por Braz José de Oliveira, mais por diversos outros sujeitos que atuaram no Ministério das Relações Exteriores entre os séculos XIX e XX (Ferreira, 2018). Entre eles mencionamos Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha (1794-1870) e Nilo Peçanha (1870-1924).

O Visconde de Jequitinhonha, nascido em Salvador, cujo nome de batismo era Francisco Gomes Brandão, adotou após 1822 o sobrenome Gê Acayaba de Montezuma. Ele foi o 21º ministro dos negócios estrangeiros do Império, então sob a regência do Pe. Diogo Feijó. Ele foi filho de um comandante português com uma mulher negra, estudou em Coimbra. Atuou nas lutas pela independência, foi um dos deputados da assembleia constituinte de 1823. Exilado para Europa durante o I Reinado, retorna em 1830 e assumiu diferentes cargos como deputado, ministro da justiça, representante brasileiro em Londres e ministro dos estrangeiros. Sua formação e posição social acabaram por anuviar suas origens, silenciar preconceitos de cor e aplacar o ímpeto daqueles que pudessem questionar seu status de homem branco (Castro Júnior, 2013, 237-267).

De formas menos sutis, a questão racial de membros do serviço exteriores brasileiro fica mais evidente na trajetória de Nilo Peçanha. Presidente da República e

depois chanceler durante a I Guerra Mundial (1914-1918), suas características raciais eram evidenciadas pelos periódicos satíricos da época que o chamavam de “mestiço do morro do côco”. Fluminense de Campo dos Goytacazes, era filho de agricultores de poucas posses, estudou Direito. Casou-se com a filha de uma importante família de aristocratas de sua cidade natal em 1895, o que causou polêmicas na região. Foi membro da assembleia constituinte de 1890, foi deputado e governador do Rio de Janeiro por várias vezes. Pouco se têm analisado a gestão do ex-presidente à frente do Itamaraty, foi nela que admitiu-se pela primeira vez mulheres no serviço exterior brasileiro. (Peçanha, 1969. Tinoco, 1969).

Para o silenciamento sobre a cor do chanceler Nilo Peçanha, muito contribuiu a construção de sua imagem, especialmente quanto as fotografias. Muitas destas imagens eram coletadas ou trabalhadas de modo a atenuar seus traços afrodescendentes. Isto ajudava a reforçar seu status numa sociedade marcada pela crença nos prejuízos causados pela mestiçagem e os esforços de branqueamento da população por meio da migração (Lustosa, 2008).

Se a questão racial era um fator de preocupação para ministros de estado como o Visconde de Jequitinhonha e Nilo Peçanha, o quanto não seria para o servente Braz José de Oliveira. Para além dos denotativos raciais havia também aqueles ligados a formação e as exigências para admissão no serviço exterior.

Mesmo para profissionais auxiliares, como ajudantes de biblioteca e terceiro oficiais os parâmetros para admissão eram elevados. Na década de 1910, para o cargo e oficial eram avaliadas a caligrafia e datilografia dos candidatos. Exigia-se fluência em inglês e alemão, noções de língua espanhola e italiana assim como falar, escrever e traduzir textos em francês, inglês e alemão. Para além dos idiomas, deveriam ter noções de Álgebra e Geometria, de Economia e Estatística assim como Demografia. Por fim seriam observadas a etiqueta e cortesia social e diplomática dos candidatos (Castro, 2019). Importante lembrar que o letramento, durante o período imperial na cidade do Rio de Janeiro, era uma alternativa apenas para homens livres (Braga & Mazzeu, 2017). No início da República, calcula-se que o país possuísse índices de analfabetismo que atingiam cerca de 80% população (Ferraro & Kreidlow, 2004).

Desta forma, o Ministério das Relações Exteriores, desde suas origens monárquicas, buscou criar uma burocracia pautada em padrões estrangeiros, que deveria fundamentar-se na pequena casta branca existente, distinta da população local (Meira Penna, 1967). Este cenário pode ajudar a entender as venturas e desventuras do Braz José de Oliveira e as estratégias utilizadas por ele, em sua qualificação como

pardo em detrimento de uma identificação como preto, explicáveis diante das oportunidades apropriadas, escolhas feitas e enfrentamento das contingências de sua trajetória.

A segunda geração

Enquanto Braz José de Oliveira servia como porteiro da Secretaria de Estado, um de seus filhos, Braz José de Oliveira Júnior, então com aproximadamente 26 anos, iniciou sua carreira no Itamaraty em condições um pouco melhores do que aquelas que seu pai iniciara em 1885. Ele aparece registrado como contínuo em 1922 (BRASIL, 1944a), porém não permanece muito tempo nesta função. Três anos depois ele surge nos registros ministeriais como assistente de eletricitas⁴ e em 1928 foi promovido a cocheiro (BRASIL, 1938).

A década de 1920 foi um período marcado pelas transformações em diferentes níveis. Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) veio a expansão da produção industrial, da velocidade das inovações tecnológicas e uma ampliação do setor financeiro (Falcon, 1977). Automóveis se tornaram mais acessíveis, o rádio uma das principais fontes de informação e entretenimento de grandes parcelas da população e a eletrificação expandiu-se (Hobsbawm, 2015).

No Brasil, a República Oligárquica via os primeiros sinais e esgotamento social e político. Efervescência cultural, artística e o crescimento econômico conviviam com o crescimento dos movimentos operários, motins militares e desentendimentos políticos entre as elites estaduais. O Itamaraty também se transformava. O Ministério buscava institucionalizar-se, regulamentando usos e práticas derivadas da Gestão Rio Branco. Neste espírito criou-se o Instituto Rio Branco – IRBr – contudo, não se mudaria as linhas mestras do serviço diplomático (Cheibud, 1985).

Um ano depois a promoção de Braz Júnior ao cargo de assistente de eletricitista, iniciou-se a gestão do baiano Octávio Mangabeira (1896-1970), como ministro das relações exteriores do governo Washington Luís (1869-1957). Sob sua administração houve um esforço em otimizar a coordenação da Secretaria de Estado. As edificações passaram por reformas e expansões que implicaram na construção de anexos ao velho solar dos Itamaraty. Os trabalhos incluíram uma reforma do Palácio, a substituição de parte dos antigos jardins e a construção de um novo prédio que abrigaria os documentos da chancelaria. Realizada entre 1927 e 1930 estas obras deram ao complexo arquitetônico as linhas gerais que até hoje ostenta. (Castro, 2009),

Talvez, Braz José e seu filho tenham assistido, ainda que a distância, a

inauguração com pompa e circunstância do novo prédio da Biblioteca em 14 de agosto de 1930. Apesar disso, o clima de festa duraria pouco. Meses depois explodiu a chamada Revolução de 1930 e Getúlio Vargas chegaria a cidade do Rio de Janeiro, em 31 de outubro (Schwarcs & Starling, 2015), instaurando um novo governo e marcando o fim melancólico da Gestão Mangabeira.

A trajetória de Braz Júnior também possui intercorrências. Enquanto servia como motorista da Secretaria de Estado ele teve problemas com a Justiça. Em 1928, ele foi acusado de apropriar-se da quantia de 270.800,00 Réis, dados pelo Dr. Eurico Rangel do Amaral Valente para pagamento de uma conta. Apesar da acusação, foi absolvido pela 2ª Vara Criminal da cidade do Rio de Janeiro. (JORNAL DO BRASIL, 08/06/1929, p.8).

Após a Revolução de 1930, a Junta Governativa Provisória composta pelo General Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), Almirante José Isaías de Noronha (1873-1963) e General João de Deus Mena Barreto (1874-1933), assumiu o poder e nomeou como chanceler o diplomata de carreira Afrânio de Melo Franco. Partidário da Revolução, sua atuação diplomática naquele período consistia em fazer reconhecer o Governo de Vargas iniciado em novembro daquele ano. Ainda assim foi confrontado com desafios externos. A Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai (1932-1935), exigiu um posicionamento por parte do governo brasileiro. O país desempenhou um papel de mediador no conflito. O mesmo não ocorre com a Guerra ente Colômbia e Peru pela por áreas da Floresta Amazônica próximas a fronteira com o Brasil – também conhecida como Conflito de Letícia ou Questão Letícia (1932-1934) – que foi levado para resolução na Liga das Nações (Cervo & Bueno, 2008).

Oswaldo Aranha foi ministro das relações exteriores entre 1938-1944, durante o governo Vargas. Dezesete anos depois, já no governo Jânio Quadro, assume a pasta das relações exteriores o Afonso Arinos Melo Franco. Durante a gestão Melo Franco novas mudanças chegariam à vida de Braz Júnior. O regulamento da Secretaria de Estado, outorgada em 1931, transformava os cargos de cocheiro e ajudante de cocheiro à motorista e ajudante de motorista (BRASIL, 1931, cap. XXI, art. 1º, parágrafo único). Ao mesmo tempo que Braz Junior se tornou motorista da Secretaria de Estado (BRASIL, 1938), seu pai se aposentou em março de 1931, aos 71 anos de idade e mais de 40 anos de trabalho no Itamaraty (Jornal Correio da Manhã de 15 de março de 1931. BRASIL, 1934).

Mostrando talvez o mesmo senso de oportunidade e articulação de seu pai, em setembro de 1931, Braz Júnior foi elevado ao cargo de contínuo (BRASIL, 1938) e

passou a trabalhar no gabinete do então Ministro Melo Franco, (O Mundo ilustrado 25/02/1961, p.7). Este feito pode ser mais bem compreendido quando analisada a regulação do MRE daquele período. A legislação da época determinava que a nomeação dos contínuos seria feita dentre os funcionários da mensageria (correios), os motoristas e os serventes (BRASIL 1931, art. 137), o que abriu uma nova perspectiva para ele.

A saída de Melo Franco apenas três anos depois de sua nomeação refletiu as tensões em torno da diplomacia tradicional vigorante na República Velha e a nova ordem política emergente na Era Vargas. O novo governo buscava um controle centralizado sobre todas as esferas do governo, o que incluía a política externa. Apesar de sua saída, Afrânio de Melo Franco continuou a ser uma figura respeitada na diplomacia brasileira, e seu legado continuou a influenciar a política externa do Brasil em anos posteriores (Franco, 1955).

Na esfera privada, Braz Júnior, casado com Rita de Cássia Oliveira, teve uma filha de nome Nilza em 1932 (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19/06/1932, p.2) e a vê falecer seu pai em agosto de 1935. O ministro de estado da época, José Carlos Macedo Soares (1883- 1968), fez-se representar aos funerais do velho contínuo do gabinete do Barão do Rio Branco, por seu chefe de gabinete e um oficial (CORREIO DA MANHÃ, 31/05/1935, p.2). Aparentemente Braz Júnior seguiu atuando em unidades centrais do Ministério das Relações Exteriores.

Braz Júnior foi transferido para a Secretaria Geral. Já no alto de seus 50 anos ele serviu a Hildebrando Accioli que foi Secretário geral entre 1946 e 1949, e Freitas Valle que atuou entre 1949 e 1951. O primeiro foi um diplomata de carreira, chegou a ser ministro interino na ausência do Chanceler Raul Fernandes. Além disso foi um renomado jurista especializado em Direito Internacional Público e autor de diversas obras na área (Accioli, 2012). Enquanto no Gabinete de Accioli ele fez parte da comitiva brasileira na Conferência Panamericana de Manutenção da Paz que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro entre 15 de agosto e 02 de setembro de 1947 (BRASIL, 1948). A conferência entre os países das Américas estava no contexto do final da II Guerra Mundial. O Brasil desempenhando um papel importante na organização e condução das discussões, reafirmando sua posição de liderança nas relações interamericanas. Esta conferência foi um marco importante na história diplomática das Américas, resultando na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), também conhecido como Tratado do Rio (Cervo & Bueno, 2008).

Após a permanência no gabinete do Secretário Geral Freitas Valle, a trajetória

do Sr. Braz Júnior se torna errática. Ele se ausenta por cerca de 01 mês em 1952 por motivos de saúde (Rela BRASIL, sem data c), retornando como auxiliar de portaria em novembro deste mesmo ano (BRASIL, sem data, b). O mesmo ocorre em 1955, porém em sua volta, ele foi nomeado ao cargo de porteiro. Ocupação que ele desempenhará até 1960 (BRASIL, sem data b)

No entanto, o contexto de atuação dos profissionais envolvidos com a função de portaria mudara muito desde a época de seu pai. As funções ficaram muito mais próximas dos padrões atuais quanto ao controle de entrada e saída de pessoas, materiais e veículos assim como a fiscalização e guarda o patrimônio (BRASIL, 1931). O número de porteiros, contínuos e mensageiros foi aumentado no decorrer dos anos. Mantendo as características próprias do MRE, os porteiros e contínuos deveriam usar camisa branca de peito duro, gravata, casaca preta com gola de veludo, assim como luvas brancas, de algodão e botinas pretas (BRASIL, 1931).

Este uniforme solene utilizado pelos porteiros do Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, se propunha a dar uma ideia de sofisticação e nobreza do órgão, ao mesmo tempo que servia como um demarcador de *status*. Uma extensão do prestígio e riqueza da instituição ao mesmo tempo como reforço da hierarquia social e de identificação de seu papel como subalterno àquele que o utilizava. Uma barreira simbólica que separava o ambiente da diplomacia da vida cotidiana (Farias, 2010)

Da Secretaria Geral Braz Júnior foi transferido para a Divisão de Limites (CORREIO DA MANHÃ, 25/02/1962, p9). A unidade que também já havia se chamado Divisão de Fronteiras, fora separada do Serviço dos Limites e Atos Internacionais durante a Gestão de Afonso Arinos E tinha como missão o estudo das questões referente as fronteiras e a sua demarcação ou caracterização. No período de atuação de Braz Júnior, os limites do Brasil com seus vizinhos era um tema em grande parte pacificado, desta forma a seção foi aos poucos se burocratizando (Castro, 2019). Um de seus chefes foi o diplomata e literato Guimarães Rosa entre 1956 e 1967. O autor de Grande Sertão: Veredas ([1956], 1986), foi um dos primeiros a indicar um consórcio entre o Brasil e o Paraguai de modo a aproveitar o grande potencial energético do Rio Paraná ao mesmo tempo transcender os questionamentos fronteiriços que se arrastavam desde a Guerra do Paraguai (Araújo, 2020). Porém sua sorte está prestes a mudar mais uma vez na década de 1960.

Nos gabinetes da Política Externa Independente

Transformação políticas, sociais e tecnológicas com impactos duradouros no

mundo ocorreram na década de 1960. A corrida espacial e o crescimento dos movimentos de contracultura conviviam com as lutas pelos Direitos Civis nos Estados Unidos e as guerras de libertação dos países africanos. A rivalidade entre o Bloco Capitalista e Comunistas continuou a dominar a política global e ditar as prioridades das relações internacionais (Hobsbawn, 1995).

O Brasil, por sua vez, vivenciava um período de grandes contradições que colocavam, lado a lado, avanços econômicos e culturais e instabilidade política. Ao mesmo tempo que havia a aceleração do desenvolvimento econômico e industrial, assim como o aumento dos índices de urbanização e a efervescência cultural havia também as crises econômicas, a agitação social e a instabilidade política (Schwarcs & Starling, 2015).

Neste ambiente a política externa brasileira buscava atuar de forma autônoma e assertiva diante da sua tradicional aliança não-escrita com os Estados Unidos e a subordinação às políticas do chamado Bloco Ocidental. Desse modo, a diplomacia brasileira trabalhava para ocupar um lugar de liderança entre os países em desenvolvimento (Cervo & Bueno, 2008). A política externa adotada pelos governos de Jânio Quadros (1961), e João Goulart (1961-1964), foi levada à cabo pelos chanceleres Afonso Arinos e Santiago Dantas. Ela ganhou o nome de Política Externa Independente (PEI).

Em 1961, Braz Júnior agora com 64, foi requisitado para trabalhar novamente no gabinete ministerial, após permanecer por mais de uma década na Divisão de Limites. Mais uma vez manifestava-se seu senso de oportunidade e a articulação de sua rede de sociabilidade. O ministro Afonso Arinos era filho do ex-chanceler Afrânio de Melo Franco (O MUNDO ILUSTRADO, 25/02/1961, p.7. JORNAL DO BRASIL, 20/02/1962, p.4).

O trabalho em gabinetes exige um misto de habilidade técnica e de capacidade de manter relações interpessoais. Aspectos próprios do trabalho junto a autoridades são a discrição e a confiabilidade. Guardar a confidencialidade quanto a assuntos sensíveis e manter-se discreto em relação as discussões e decisões internas é um pré-requisito fundamental para a função (Cardoso, 2019). Em um órgão complexo e cheio de regras formais e informais, compreender a cultura institucional, a estrutura administrativa assim como a capacidade de comunicação são habilidades fundamentais. Tudo indica que pela nova convocação de Braz Júnior para o Gabinete, ele possuísse tais habilidades. Mesmo que ainda permanecesse classificado com porteiro (BRASIL, sem data d). Havia poucos negros atuando no MRE daquele momento e as acusações de

racismo começavam a tomar corpo na imprensa da época (Nascimento, 2016).

A temática racial, em voga no cenário externo, tinha repercussão no contexto interno, especialmente durante a gestão de Afonso Arinos. Ele foi ministro entre janeiro e agosto de 1961, durante o governo de Jânio Quadros e por um breve período, no início do governo de João Goulart em 1962. Ao contrário de muitos de seus antecessores Arinos não era um diplomata de carreira. Advogado de formação, atuou como promotor, professor em universidades do Brasil e do exterior. Foi membro da União Democrática Nacional – UDN – por onde elegeu-se deputado por 03 vezes e depois senador. Político atuante foi o autor da Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951 que criminalizava a Discriminação Racial (norma que ficou conhecida como Lei Afonso Arinos⁵). Foi seu celebre discurso pronunciado em 9 de agosto de 1954, pedindo a renúncia do Presidente Getúlio Vargas, que acirrou a crise política de seu governo que desembocou em seu suicídio dias depois. Quando nomeado para ministro das relações exteriores, Afonso Arinos afastou-se do senado. Neste contexto implementou a PEI (Franco, 2007).

Para os formuladores de política externa do período Jânio Quadros, o Brasil era uma potência em ascensão e os novos países surgidos dos movimentos de libertação africano era sua esfera de influência natural. Fundamentado pelas premissas culturalistas em voga, a ideia da África esfera de atuação brasileira era justificada por conta das conexões históricas, culturais e identitárias entre estas duas margens do Atlântico Sul. Para o governo brasileiro a aproximação com as novas nações africanas ajudaria a impulsionar a indústria nacional e apresentar o país como uma alternativa frente a bipolaridade radical da Guerra Fria (Saraiva, 1996, Dávila, 2011).

Neste espírito, Afonso Arinos foi o primeiro chanceler brasileiro a visitar o continente africano viajando ao Senegal, em janeiro de 1961, sendo recebido pelo então Presidente Léopold Sédar Senghor (1906-2001), que foi um dos principais líderes dos movimentos de libertação daquele país (Roche, 2006). Naquele mesmo ano foram abertas embaixadas em Gana em março, no Senegal em abril, Benim (então Daomé) em maio e na Nigéria em agosto (Saraiva, 1996).

Gana, por sua vez, havia sido a primeira nação da África Ocidental a obter a independência. Isso fez do país um polo de irradiação dos ideais de libertação nacional (Nkrumah, 1969). O Chanceler Afonso Arinos nomeou como embaixador brasileiro em Acra o escritor Raymundo de Sousa Dantas (1923-2002)⁶. Ele tornou-se o primeiro embaixador brasileiro negro (Koifman, 2021). Tal escolha, assentava-se na ideia de criação de vínculos entre os países e uma reafirmação da postura da política externa

brasileira para África, reafirmando sua intenção de servir como que uma ponte entre os países africanos recém-independentes e o Ocidente (Menezes, 1961).

Entretanto, a nomeação de Sousa Dantas como representante brasileiro em Gana, além de seus efeitos externos tinha motivações e consequências internas ao Itamaraty. A ausência de diplomatas negros era, muitas vezes, um argumento utilizado pelos jornais e revistas da época como um indício acerca do racismo existente no órgão. Para além das especulações, havia uma série de entraves que buscavam impedir o acesso as pessoas pretas que se candidatasse à carreira diplomática. Assim sendo, a nomeação do escritor e poeta foi interpretado como fruto da pressão da opinião pública (Koifman, 2021).

Ainda que sua nomeação tivesse sido comemorada efusivamente em diferentes esferas da sociedade, especialmente os intelectuais e ativistas dos movimentos negros, foi objeto de críticas e indisposição por parte de diplomacia brasileira (Koifman, 2021). Além das dificuldades naturais que envolvem a abertura de uma embaixada em um país em construção, acrescentaram-se aquelas relacionadas às relações com o poder central e a aparente má vontade de seus pares na Secretaria de Estado (Dantas, 1965).

No que toca os aspectos administrativos do MRE a gestão de Afonso Arinos buscou dar maior infraestrutura às funções básicas do órgão. A Secretaria de Estado, ainda sediado no Rio de Janeiro, passou a contar com 70 oficiais administrativos, 50 datilógrafos, 40 taquígrafos e mais uma infinidade de profissionais envolvidos na gestão de documentos e livros, assim como outros profissionais de apoio passaram a fazer parte do quadro do Itamaraty. Foi também em sua administração que foi criada a carreira de Oficial de Chancelaria como a conhecemos hoje, que incorporaria uma série de auxiliares à serviço do MRE, porém tal medida só foi implementada na gestão seguinte de Santiago Dantas (Castro, 2019).

Enquanto isso, o quadro político nacional se agrava. O presidente Jânio Quadros renunciou ao cargo em agosto de 1961. Com ele cai seu gabinete de ministros. O vice-presidente João Goulart – então em viagem oficial à China – sofre grande oposição de parte das forças armadas. A solução encontrada foi a instituição de um regime parlamentarista tendo o então Ministro da Justiça, Tancredo Neves, como primeiro-ministro (Schwarcs & Starling, 2015). O advogado Francisco Clementino de Santiago Dantas (1911-1964), assumiu a chancelaria. Afonso Arinos foi enviado em setembro de 1961 como chefe da delegação brasileira a I Conferência dos Países Não-alinhados em Belgrado⁷, então capital da Iugoslávia (Cervo & Bueno, 2008).

A gestão Santiago Dantas viu agravar-se a Guerra Fria, especialmente diante da

Crise dos Mísseis de 1962. As linhas gerais da PEI propostas por Afonso Arinos seguiram em vigor, desta forma o Brasil restabelece relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde 1947, e se abstém na votação pela expulsão da Cuba de Fidel Castro da Organização dos Estados Americanos (Cervo & Bueno, 2008).

Administrativamente, Santiago Dantas implantou a carreira de oficial de chancelaria planejada por seu antecessor. As vagas deveriam ser preenchidas mediante concurso público, porém os funcionários do MRE poderiam optar pela nova carreira. Além disso os demais cargos foram também reestruturados abrindo oportunidades de melhoria dos padrões de vencimento e de classificação funcional (Castro, 2019). Aparentemente, Braz Júnior não teve sua situação funcional alterada.

Braz José de Oliveira Júnior permaneceu servindo no gabinete dos ministros durante as gestões de Santiago Dantas e no curto retorno de Arinos. No mesmo ano em que ele sai do cargo de chanceler, Braz Júnior se aposentou do serviço público (Correio da Manhã, 25/02/1962, p.9). Apesar de estar tão próximo aos formuladores da PEI, terminou sua carreira – assim como seu pai – lotado como porteiro.

As contradições de um mito

A aposentadoria do negro Braz José de Oliveira Júnior do serviço exterior brasileiro representou o fim de uma sequência de mais de setenta anos de atuação de sua família no Itamaraty. Uma linhagem que começou em diferentes funções subalternas e alcançou altos cargos na estrutura administrativa do órgão. Coerente com o que afirmava o Jornal do Brasil em 1962, aposentava-se o "Contínuo dos Chanceleres". Braz José de Oliveira serviu no gabinete do Barão do Rio Branco, enquanto seu filho trabalhou no gabinete ministerial de três chanceleres: Afrânio Melo Franco, Afonso Arinos e Santhiago Dantas. Assim, acompanharam, ainda que de longe, os principais eventos da política brasileira da primeira metade do século XX.

Assim como na época de seu pai, a trajetória de Braz José de Oliveira Júnior como funcionário do MRE foi marcada pelas interações de fatores ligados à sua raça, classe e ascensão social. Ao contrário do que ocorria no final do século XIX, na década de 1960 havia uma maior conscientização acerca as questões raciais no Brasil e conseqüentemente uma maior mobilização da intelectualidade e dos movimentos sociais quanto ao tema. No decorrer das primeiras décadas do século XX vai desaparecendo do cenário intelectual brasileiro o discurso do evolucionismo social e do racismo vigorante no século XIX e ganha força a ideia da democracia racial. Ela se populariza nas obras de Gilberto Freyre, especialmente após o lançamento de Casa

Grande e Senzala em 1933 (Jaccoud, 2008).

Sob esta perspectiva, há um reconhecimento do valor cultural da influência africana e indígena para a formação do Brasil, porém de forma secundária a cultura europeia, tida como central e superior. A quase que exclusiva valorização cultural serviria apenas como um meio de reafirmar inferioridade negra. Com o mito da Democracia Racial, há uma interpretação benevolente do passado escravista onde se reinventa a História do Brasil como sendo uma trajetória de boa convivência e paz social (Jaccoud, 2008).

Mais uma vez faz-se pertinente a reflexão de Munanga (2019). A negação do racismo, perpetuado nos discursos oficiais, acaba por perpetuar o racismo e as desigualdades estruturais no país. A homogeneização da cultura brasileira sob o verniz da mestiçagem, apenas disfarça a diversidade étnica do Brasil e a subjugação ao caráter predominantemente branco ao qual se buscava identificar (Munanga, 2019)

Frente a isso, os elementos identitários relacionados ao fenótipo negro, seguem sendo entendidos como fatores de inferioridade, ainda que não pelos mesmos motivos que no século XIX. Identificar-se como pardo ou mestiço, principalmente em situações ligadas a necessidade de promoção profissional ou status social era uma estratégia de ascensão que buscava diminuir resistências, adequar-se ao pensamento disseminado na sociedade brasileira quanto a raça e uma forma de desvincular-se de estereótipos negativos.

Para além das iniciativas de cunho pessoal, a ideia de evidenciação da mestiçagem em detrimento da autoidentificação negra tem vieses também políticos. Diante desta intransponível inferioridade racial postulada pela Democracia Racial e ainda influenciado pelo ideal do branqueamento advindo desde o XIX, a solução para a construção de uma nação forte – conforme pretendida pelo Varguismo – estaria na valorização da mestiçagem e na projeção de uma imagem de Brasil como uma nação híbrida, tolerante e principalmente coesa. A ênfase a miscigenação busca reforçar a ideia de unidade nacional, transcendendo as divisões de raça presentes na formação do país e o amalgamando em um povo, mesmo que ainda heterogêneo. (Jaccoud, 2008).

Contudo, essa perspectiva acabava por ocultar desigualdades sociais e dissimular a discriminação racial então vigentes na sociedade brasileira. Alegava-se que no Brasil as formas de ascensão social não eram condicionadas aos aspectos raciais (Hofbauer, 2006). A raça acaba por se transformar num símbolo de subalternização dentro de uma lógica de hierarquização do trabalho, confinando determinadas categorias ao que se imagina ser seu lugar apropriado (Hasenbalg,

1979; Jaccoud, 2008, 53). Abdias Nascimento, um dos mais aguerridos opositores do Mito da Democracia Racial, denunciava de forma incisiva o quanto que os estereótipos impactavam na mobilidade social e no acesso as oportunidades, marcando claramente o lugar do negro na sociedade brasileira (Nascimento, 1978).

Esta lógica perpassava diferentes aspectos da vida social brasileira da década de 1960 e o MRE não era uma exceção. Ao mesmo tempo que se esforçava por apresentar-se como um aliado estratégico dos países africanos saídos da Descolonização, difundindo a imagem de um país onde negros e brancos conviviam harmonicamente, ignorava-se a desigualdade e a violência as quais os negros eram submetidos, mesmo dentro da própria secretaria de Estado. Ainda que as acusações de racismo fossem divulgadas pela imprensa pouco ou nenhum efeito tinham na estrutura do MRE (Koifman, 2021).

O próprio Abdias Nascimento ao tratar do tema ironizou: “(...) de como o olho azul do Itamaraty não vê, não enxerga o negro.” (Nascimento, 1978, p.161). E no caso específico de Braz Júnior essa invisibilidade perpassou toda sua carreira. Mesmo atuando em funções administrativas junto aos Ministros de Estado seu status profissional seguiu como porteiro até o fim de sua carreira.

Em algumas situações a cegueira pontual se tornava absoluta. Em um dos materiais promocionais patrocinados pelo Ministério das Relações Exteriores no estrangeiro em 1966, o Brasil era descrito como sendo um país branco, com pequenas parcelas de mestiços. Ainda que no ano de 1967 ele tenha se retratado afirmando que o país era possuidor de uma das maiores populações negras do mundo, pouco tempo depois, porém ele afirma de forma categórica não haver discriminação no país (Telles, 2003).

Em 1970, o Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barboza em um num evento do Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), declarou que:

Tenho a honra de informar-lhes que, como não há discriminação racial no Brasil, não há necessidade de tomar quaisquer medidas esporádicas de natureza legislativa, judicial ou administrativa para assegurar a igualdade de raças no Brasil (Nascimento, 2019, p. 161).

Apesar do cenário geral das relações entre o Brasil e os países africanos fosse positivo, as discrepâncias entre a realidade interna e o discurso externo era latente.

Ainda que o Brasil às vésperas do golpe de 1964 fosse um país em franco processo de modernização econômica, urbana, cultural a desigualdade racial

permanecia. Apesar de conhecida pelos intelectuais e formuladores de políticas públicas da época essa discrepância era entendida pelo viés de classe, ou como uma consequência dos séculos de atraso pelo qual a população negra foi vitimada. Isso a tornava despreparada para atuar plenamente no mercado de trabalho moderno que se consolidava no país (Jaccoud, 2008). Desta forma, as análises raciais eram secundarizadas frente as questões sociais⁸.

Assim sendo estribada pela premissa da Democracia Racial, ao mesmo tempo que a diplomacia brasileira procurava tornar o país um aliado estratégico para as nações africanas recém-libertadas, possuía internamente uma série de problemas e contradições no que tocava a questões raciais. Com a aposentadoria de Braz Júnior encerrou-se a trajetória profissional de duas gerações de pessoas negras no Itamaraty entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A linhagem dos José de Oliveira, apesar de todas as limitações impostas pela sociedade de seu tempo e pela própria Secretaria de Estado, à semelhança das centenas de mulheres e homens pretos que serviram ao Ministério em seus dois séculos de existência, conseguiu estabelecer-se dentro da estrutura administrativa do órgão. Mesmo utilizando-se da estratégia do silenciamento quanto à sua cor, sempre estiveram presentes, embora quase nunca lembrados.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO, Geraldo Eulálio do Nascimento; e CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva, 20. ed. rev. e atual., 2012

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY: AHI: 811/1 Carta de José Maria da Silva Paranhos Júnior a Frederico Abranches. Berlim, 07 de agosto de 1902.

ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. *Guimarães Rosa: diplomata*. 3ª. ed. rev. Brasília: Funag, 2020.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2012. BARROS, José D'Assunção. *A expansão da História*. Petrópolis: Vozes, 2013

BEZERRA, Poliane Jaiane Dias Rego. *Nilo Peçanha, a trajetória política de um mulato na Primeira República 1889 – 1922*.

BOURDIEU, Pierre. “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006, p. 183-191.

BRAGA, Ana Carolina. MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da História. In: *Revista On-Line de Política e Gestão Educacional*, v.21, n.1, 2017, p. 24-46.

BRASIL. *Decreto.6.046*, de 24 de maio de 1906. Dá novo regulamento a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro: Diário Oficial. 11 de novembro de 1906, p. 6.061

BRASIL. *Decreto nº 19.667*, de 4 de fevereiro de 1931. Aprova o regulamento que organiza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, 5 fev. 1931.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 04 de junho de 1915 a 22 de junho de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1916.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 23 de junho de 1916 a 03 de maio de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1931.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 01 de maio de 1919 a 03 de maio de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano 1928. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano 1929. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores compreendendo o período decorrido de 01 de maio de 1921 a 20 de abril de 1922*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1930.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. José Carlo Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano de 1936. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1938.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,

1944.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Chefe do Governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. Ano 1949. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, sem data a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores*. 1952. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, sem data b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*. 1955. Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República. 1952. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações, sem data c.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1960*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do Serviço de Documentação, sem data d.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARDOSO, Suliane da Silva Cardoso. *Quem são eles? Os bastidores da política e a diversidade de papéis dos chefes de gabinete*. 234 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUCRS: 2019.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Vol. I. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CASTRO JUNIOR, Sebastião. Sobre fortunas e desventuras de um “mulato” entre os mundos das letras e da política do Império do Brasil: um pequeno mergulho na trajetória de Francisco Montezuma. In: *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz. RIBEIRO, Gladys Sabina. GONÇALVES, Monique de Siqueira (Org.). São Paulo: Alameda, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e Construção Institucional: O Itamaraty em Perspectiva Histórica. In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, 1985

CONDURU, Guilherme Frazão. *O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

DANTAS, Raymundo de Souza. *África Difícil*. Missão Condenada: Diário. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

DÁVILA, Jerry. *Hotel trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950- -1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FALCON, Francisco José Calazans; MOURA, Gerson. *A formação do mundo contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1977.

FARIAS, Rita de Cássia P. *Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho*. 2010. 329f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 2010.

FEBVRE, Lucien. *Philippe II et le franche-comté*. Paris: Champion, [1911], 1912.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *In: Educação & Realidade*, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Frederico Antonio. *No festim dos lobos: o Império do Brasil e o colonialismo na África Centro-Occidental (1880-1885)* 467 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. 3 vol. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). *Documentos da política externa independente*. Brasília: Funag, 2007.

GAZETA DE NOTÍCIAS, matéria sem título, n.º 36, 26 de junho de 1883,

GERSON, Brasil. *Histórias das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Bem-Te-Vi, 2015.

GRIN, Mônica. MAIO, Marcos Chor. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco *in: Topoi*. Vol. 14, n.º 26, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 33-45.

GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1956], 1986.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

JACCOUD, Luciana. “Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a

discriminação racial no Brasil”. In: JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n.º 356, 22 de dezembro de 1900

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n.º 252, 17 de outubro de 1924

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n.º 135, 06 de junho de 1929.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n.º 62, 20 de fevereiro de 1962.

KOIFMAN, Fábio. *Raymundo Souza Dantas: o primeiro embaixador brasileiro negro*. Salvador: Sagga, 2021

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. 2ª ed. ampl. São Paulo: Hucitec, [1978], 2024.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes: A república do Catete*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 2008

MARY, Cristina Pessanha. *A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e o Sonho de um Novo Império Africano*. Tese (doutorado). 274 f. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos – cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 357.

MATTOS, Hebe. *Marcas da escravidão: biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil*. Tese. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

MEIRA PENNA, José. *Política externa, segurança e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1967.

MENEZES, A. J. Bezerra de. *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

MOURA, Cristina Patriota de. Tratado de Petrópolis. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2019

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias . *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro*. São Paulo: Editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019

NKRUMAH, Kwame. *Handbook of Revolutionary Warfare*. New York: International Publishers, 1969.

MOURA, Cristina Patriota. *Tratado de Petrópolis*. Disponível em:< chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf> acessado em 12/08/2024.

O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, sem número, 12 de maio de 1917

O MUNDO ILUSTRADO, Rio de Janeiro, n.º 218, 25 de fevereiro de 1962

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a Revolução Brasileira* . Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1969.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *In: Estudos Históricos*. Vol. 32, nº. 66, Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, Jan-Abr. 2019

ROCHE, Cristian. *Léopold Sédar Senghor, le président humaniste*. Toulouse: Editions Privat, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2015)

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

TINOCO, Brigido. *A vida de Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1962.

Artigo recebido em 12/08/2024

Aceito para publicação em 16/12/2024

Editor(a) responsável: Marília Tofanetto Alves

¹ Para mais informações sobre questões de raça e gênero no Ministério das relações Exteriores, acesse: < <https://www.generonumero.media/itamaraty-genero-raca/> >

² GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³ Visconde do Itamaraty. Francisco José Rocha Leão (1806 – 1883). Filho de Francisco José da Rocha Leão, primeiro Barão do Itamaraty. Nascido em Portugal atuou como negociante e proprietário de terras. Elevou, em 1859, o Palacete Itamaraty no centro da cidade do Rio de Janeiro. A edificação foi projetada por José Maria Jacinto Rebelo, que foi aluno do arquiteto francês Grandjean de Montigny (CONDURU, 2013)

⁴ Há menções de que o Palácio Itamaraty já fosse eletrificado na década de 1890. Lâmpadas nas fachadas, nos salões destinados a recepções e eventos assim como nos escritórios. (Gazeta da tarde, 31/07/1890, p.01).

⁵ Lei nº 1.390, promulgada 3 de julho de 1951, apelidada de Lei Afonso Arinos, foi um marco na luta contra a discriminação racial no Brasil. De autoria do deputado Afonso Arinos de Melo Franco, a norma jurídica estabelecia que práticas discriminatórias por motivo de raça ou cor constituíam contravenção penal, passível de multa ou mesmo prisão. Ainda que significasse um avanço importante para o período, foi alvo de críticas por tipificar o racismo apenas como contravenção. Sua relevância está no fato de que abriu caminho para legislações mais rigorosas contra a discriminação racial (GRIN & MAIO, 2013).

⁶ Raimundo Sousa Dantas (1923 – 2002) foi um escritor e diplomata brasileiro. Embaixador do Brasil em Gana e na Argentina. Foi autor de Sete palmos de Terra em 1944; Agonia em 1945; Solidão nos campos e Vigília da Noite em 1949; Um Começo de Vida em 1949; Reflexões dos 30 anos em 1958 e por fim África Difícil. Missão Condenada: Diário em 1965. Nomeado por Jânio Quadros, foi o primeiro embaixador negro brasileiro.

⁷ A I Conferência dos Países Não-alinhados, realizada em Belgrado entre os dias 01 a 06 de setembro de 1961 foi a primeira reunião de cúpula entre países que não aceitavam aliar-se diretamente ao Bloco Ocidental liderado pelos Estados Unidos nem ao Bloco Comunista liderado pela União Soviética. Tinha como principais líderes Josip Tito da Iugoslávia, Jawaharlal Nehru da Índia, Gamal Nasser do Egito, Sukarno da Indonésia e Kwame Nkrumah de Gana. Ela foi um marco histórico na História das Relações Internacionais durante a Guerra Fria vindo a tornar-se uma força importante na Política Internacional (SARAIVA, 2007).

⁸ Atualmente, o Ministério das Relações Exteriores desenvolve o Programa de Ação Afirmativa, uma iniciativa que desde 2002 busca promover a inclusão de pessoas pretas no serviço exterior brasileiro. Ele tem como principais premissas a reserva de vagas a candidatos autodeclarados negros, um Programa de Ação Afirmativa que auxilia candidatos a se prepararem para o concurso e a Bolsa-Prêmio de Vocações para a Diplomacia. Esse programa tem sido um dos principais instrumentos do Ministério no sentido de tornar o corpo diplomático brasileiro mais representativo da diversidade racial e étnica do Brasil.